

Notas e Reflexões

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - A VERDADEIRA CRISE DO SÉCULO XXI

Viriato Soromenho Marques

viriatosmarques@netcabo.pt

Viriato Soromenho-Marques (1957) ensina Filosofia Política, Filosofia da Natureza e Pensamento Europeu nos Departamentos de Filosofia e de Estudos Europeus da Universidade de Lisboa onde é professor catedrático. Ligado ao movimento ambientalista em Portugal e na Europa desde 1978, foi presidente da Quercus entre 1992 e 1995 e é membro do Conselho Nacional para o Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. Foi vice-presidente da rede *European Environmental and Sustainable Development Advisory Councils* (2001-2006), coordenador científico do Programa Gulbenkian Ambiente (2007-2011) e um dos doze membros do *High Level Group on Energy and Climate Change* a convite do Presidente da Comissão Europeia (2007-2010). Na primavera de 2008, foi eleito membro da Academia da Ciências de Lisboa, Classe de Letras. Representante da opinião pública no Conselho de Imprensa (1985-1987) é hoje colaborador regular dos meios de comunicação social, em particular do *Jornal de Letras*, da *Rádio Renascença*, da RTP, do *Diário de Notícias*, da *Visão* e das secções portuguesas e brasileiras da BBC. Autor de cerca de trezentas obras sobre questões filosóficas, ambientais e de relações internacionais, já participou em mais de mil conferências em mais de vinte países, incluindo Portugal.

No final do corrente ano, o Protocolo de Quioto no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) irá chegar ao seu termo sem que haja um regime internacional que dê continuidade às suas frágeis conquistas. No atual cenário de crise económica e financeira e de incompetência política, a comunidade internacional está à beira de uma espécie de terra de ninguém relativamente ao mais importante desafio ontológico que a humanidade irá enfrentar durante este século.

No seu primeiro discurso inaugural, a 4 de Março de 1933, o presidente Franklin Delano Roosevelt pintou um quadro sombrio do seu país, dilacerado pela pobreza, pelo desemprego e pelo desespero. No entanto, e no meio de tanta amargura, havia um raio de esperança: "A natureza ainda nos oferece a sua abundância."

Há três anos atrás, numa conferência do TERI, o instituto liderado pelo Dr. Rajendra K. Pachauri, em Nova Deli, tive a oportunidade de ouvir as declarações poderosas e comoventes de Aote Tong, o presidente da República de Kiribati, um pequeno arquipélago que se estende ao longo de milhões de quilómetros quadrados de extensão marítima no centro do oceano Pacífico, altamente em perigo devido à subida do nível



do mar. Anote Tong apresentou-se dizendo: “ Sou o presidente de um país que vai desaparecer engolido pelo mar...”

Em 2012, como em 1993, o mundo enfrenta a escuridão da crise económica e financeira. No caso da Europa, a situação é ainda mais negra. A chamada “crise da dívida soberana” está em mutação acelerada e a tornar-se uma terrível crise política que pode lançar os 60 anos de integração europeia no abismo. No decurso deste processo, os demónios adormecidos da história europeia, marcada pela turbulência e pelo derrame de sangue, estão em lento despertar. Para além disso, em 2012 não podemos partilhar a esperança a que o presidente F.D. Roosevelt se referia no seu discurso. Neste momento, a natureza já não nos oferece a sua abundância mas expressa a sua raiva após inúmeras décadas de agressão e má gestão, resultado da ganância e loucura humanas. Num planeta sobrepovoado, com mais de 7 mil milhões em vez dos 2 mil milhões de habitantes que existiam na época de Roosevelt, a crise que nos separa de um futuro sustentável não é, na sua essência, de carácter económico mas de carácter ambiental. Uma crise que é cada vez mais visível na sequência de inúmeras catástrofes resultantes de alterações climáticas.

§1.

É necessário construir uma narrativa comum sobre a gravidade das alterações climáticas

As alterações climáticas são o mais importante indicador da natureza excecional dos nossos tempos.

Há mais de um século, alguns pioneiros alertaram para o risco de colisão entre o nosso estilo de vida, movido por uma estrutura tecnológica e científica ainda nova, imatura e primitiva, e a complexidade do que foi designado durante milénios como “Natureza” e que hoje chamamos “Ambiente”.

As alterações climáticas surgiram nos últimos vinte e cinco anos como uma **evidência clara dessa rota de colisão**, já não uma mera suspeita mas uma verdade factual confirmada pelas inúmeras redes de recolha de dados que cobrem a Terra, de satélites artificiais a dispositivos de monitorização instalados no fundo dos oceanos ou dentro de glaciares e nas zonas de gelo eterno, tanto na Sibéria como na Antártida ocidental.

As atuais gerações a viver no planeta têm uma responsabilidade única e sem precedentes relativamente a outras épocas históricas.

A primeira tarefa sob nossa responsabilidade é a de estabelecer um consenso sólido e duradouro sobre a **profunda gravidade e o carácter inédito do perigo que representam as alterações climáticas**.

As alterações climáticas contêm em si mesmas a semente de uma série de possíveis acontecimentos futuros que poderão originar uma tragédia de dimensões globais. Assim, é de extrema urgência que, com base em provas e evidências científicas, se dissipem esses mitos que falam de “vencedores e vencidos” na crise climática. Quando o “Titanic” se afundou, o luxo das cabines era perfeitamente irrelevante perante o destino de todos os que morreram no naufrágio. **A longo prazo há apenas vencidos na questão das alterações climáticas.**



O que está verdadeiramente em jogo nas nossas decisões atuais é o futuro da humanidade. Thomas Jefferson, o terceiro presidente americano, disse num dos seus textos que devemos evitar o défice orçamental e a dívida pública com base no princípio de justiça entre gerações. É então ainda mais importante a necessidade de cumprir o imperativo moral e político de lutar contra as alterações climáticas se queremos ser justos para com os nossos filhos e netos. **Temos a obrigação moral de evitar uma espécie de dívida ontológica impossível de ser paga.**

§2.

Um novo regime ambiental e climático a nível mundial

A segunda tarefa que deveria unir-nos a todos é a recusa esclarecida de velhos métodos de pensamento e de ação, de hábitos conservadores.

Temos de compreender que a força motriz que nos permitirá encontrar soluções de dimensão semelhante aos nossos atuais problemas ambientais e climáticos é a **capacidade de criar novos mecanismos políticos de decisão e novas formas de governança**. Esta afirmação é válida tanto para a política doméstica dos Estados como para as relações internacionais e para pequenas e grandes organizações privadas da sociedade civil.

A União Europeia, apesar das suas atuais limitações e clima de impasse, foi certamente o melhor exemplo contemporâneo de inovação a nível político. A substituição de uma cultura endémica de ódio e guerra por instituições que promovem a paz e a cooperação foi, sem qualquer dúvida, até há três anos, uma experiência que se tornou fonte de inspiração universal.

As propostas ambiciosas avançadas em Março de 2007 pelo Conselho Europeu para uma nova política sobre energia e alterações climáticas não devem ser encaradas apenas como um desafio interno, dirigido aos 27 Estados-membro, mas como uma agenda de negociação que a UE propunha ao resto do mundo no sentido de ir mais longe – após a fim do Protocolo de Quioto na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC) que terminará a 31 de Dezembro de 2012 – num caminho mais eficaz de políticas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, na continuidade do trabalho iniciado pela CQNUMC.

Apesar da desilusão sentida a nível global com os resultados da COP 15, em Dezembro 2009, deveríamos lutar ainda mais por um verdadeiro **Pacto para o Ambiente e Proteção Climática** que inclua todos os países e nações do planeta. Embora respeitando o **princípio de responsabilidade comum mas diferenciada**, cada país, seja desenvolvido ou em vias de desenvolvimento, deve contribuir para o objetivo comum. A redução e estabilização das emissões de gases de efeito de estufa (GEE) deve ser o resultado de uma combinação flexível de objetivos e instrumentos, com recurso a mecanismos de mercado e de regulação, em busca da inovação tecnológica mas recorrendo também a um uso mais eficaz do *hardware* já existente, criando limites nacionais e sectoriais mas, simultaneamente, preservando florestas e promovendo o papel positivo da agricultura no ciclo de carbono.



§3.

Dois caminhos para o futuro

Se nos permitirmos ser conquistados pela inércia do egoísmo político, pela lógica estreita do “equilíbrio de poder” e do “interesse nacional”, iremos perder a batalha contra as alterações climáticas e, no final deste ano, entraremos num clima hobbesiano e num “estado da natureza” ambiental. Em vez de um regime global para a redução e estabilização de emissões e concentração de GEE, seremos colocados perante um esgotar de recursos humanos e financeiros que serão sacrificados no altar de uma nova corrida às armas, em prol da luta por acesso a recursos naturais cada vez mais escassos. Este tipo de situação levar-nos-á a uma nova grande guerra e a um colapso sem paralelo na história. Neste caso, a “Tragedy of the Commons”, estudada por Garrett Hardin em 1968, tornar-se-á realidade perante a nossa impotência.

Pelo contrário, se formos capazes de elaborar e implementar as instituições políticas adequadas ao que eu habitualmente designo como **“cooperação compulsiva”**, ou seja, a necessidade urgente de trabalhar em conjunto para o interesse comum da sobrevivência, neste caso, aumentariam em muito as nossas hipóteses de sermos capazes de juntar o melhor da inteligência humana e da criatividade no esforço de realizar uma nova revolução industrial, provavelmente o primeiro passo no sentido de encontrarmos um modo inteligente de vivermos juntos, criando uma nova economia global que se libertará gradualmente dos combustíveis fósseis e que estará disponível para estabelecer uma ligação simbiótica e não predatória com os ecossistemas do planeta.

Este é o maior desafio que se nos apresenta, não só para hoje ou amanhã, mas para o século XXI como um todo. Este é também o desafio que deverá juntar todos os europeus, não só no seio da União Europeia, superando as contradições devastadoras, desatando os nós que hoje a paralisam, abrindo caminho a um destino comum, fundado numa orientação política de matriz republicana e federal. Prestando, com isso, um enorme serviço a si própria e ao resto do mundo.

Como citar esta Nota

Marques, Viriato Soromenho (2012). “Alterações climáticas - a verdadeira crise do século XXI”. Notas e Reflexões, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 3, N.º 2, outono 2012. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol3_n2_not1